

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2022 - 2025

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

No ano de 2017, foi instituído na FASC o Núcleo de Educação Permanente – NUEP/FASC, por meio da Portaria 322/2017, da Presidência da Fundação. Integram o núcleo as representações da Área de Educação Permanente e Acompanhamento do Trabalho – AEPAT; Assessoria de Planejamento – ASSEPLA; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Proteção Social Básica – PSB; Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSEMC; Coordenação de Monitoramento e Avaliação – CMA; Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Representantes dos usuários dos serviços; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Fórum Municipal dos Trabalhadores da Assistência Social – FOMTAS; e Fórum de Entidades. Esteve ativo até o primeiro semestre do ano de 2018.

Em 2021 retomou suas atividades enquanto Núcleo de Educação Permanente NUEP/SUAS/POA criado por meio do DECRETO Nº 21.086, do Prefeito Municipal de 17 de junho de 2021 e constitui-se **em locus privilegiado** de participação e cooperação institucionalizada, envolvendo gestores, trabalhadores, usuários do SUAS, conselheiros de assistência social, instituições de ensino, pesquisa e extensão, nas atividades e decisões relativas à implementação da política de educação permanente em nosso município. É previsto como parte da configuração organizacional necessária à implementação da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social.

A EP no SUAS promove o processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das suas equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Busca desenvolver a capacidade crítica, a autonomia e a responsabilização das equipes de trabalho para a construção de soluções compartilhadas, visando às mudanças necessárias no contexto real das práticas profissionais e processos de trabalho, constituindo-se em um processo mediado pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional.

A seguir são apresentadas as ações previstas para o próximo exercício e, ao final, no Anexo I, as deliberações da XIV Conferência Municipal de Assistência Social que abordam ações de Educação Permanente:

AÇÕES E METAS ESTABELECIDAS

✓ Estruturação do Núcleo

Ações	Metas			
	2022	2023	2024	2025
Planejamento e execução de ações de Educação Permanente, elaboração de diagnósticos de necessidades de qualificação de gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros bem como a elaboração de formatação de ações de formação e capacitação articulado com a Área de Vigilância Socioassistencial	x	x	x	x
Interlocução, diálogo e cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos com a Política de Assistência Social no município, visando a execução pelo órgão gestor da implementação da PNEP/SUAS em Porto Alegre	x	x	x	x
Acompanhamento e avaliação do processo de implementação da PNEP/SUAS na esfera municipal e elaboração de propostas de aperfeiçoamento	x	x	x	x
Garantia do funcionamento do NUEP, por meio de reuniões sistemáticas, com coordenação da FASC	x	x	x	x
Fomento à cultura de Educação Permanente na rede socioassistencial e no controle social	x	x	x	x

Resultados e Impactos Esperados
Execução das ações de educação permanente para a rede socioassistencial de POA visando a qualificação de suas equipes de trabalho
Garantia de diálogo e parcerias com os sujeitos envolvidos na execução da política de assistência social no município
Acompanhamento da execução das ações de educação permanente
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Número de reuniões realizados do NUEP
Presença dos membros que compõem o NUEP com mínimo de 70% de participação
Existência de previsão orçamentária
Existência de RH efetivo para o desenvolvimento das atribuições do NUEP em 2022-2025

✓
✓

✓ **Ex: Capacitações**

Ações	Metas			
	2022	2023	2024	2025
Realização de Seminário Anual para toda a rede socioassistencial com temáticas a serem demandadas pelas próprias equipes de trabalho, atingindo em torno de 3000 trabalhadores	x	x	x	x
Capacitar os Conselheiros do CMAS no que tange a temas da política de assistência social (80 conselheiros –titulares e suplentes)				
Realização de Ações de Capacitação Introdutória/ Nivelamento com temas de gestão da política, de serviços e benefícios socioassistenciais e de controle social	x	x	x	x
Realização de Ações de Atualização para as equipes de trabalho com temas de gestão da política, de serviços e benefícios socioassistenciais e de controle social	x	x	x	x
Realização de Ações de Aperfeiçoamento para as equipes de trabalho		x	x	x

Resultados e Impactos Esperados
Atendimento dos diversos segmentos que atuam na política de assistência social nos diferentes processos de formação
Qualificação e aprimoramento nos processos de gestão, oferta de serviços e benefícios socioassistenciais e controle social
Indicadores de Monitoramento e Avaliação
Número de formações realizadas quanto a gestão, serviços e benefícios socioassistenciais e controle social
Número de trabalhadores atingidos nas capacitações: 3000 trabalhadores
Mensurar o número de trabalhadores conforme níveis de escolaridade e tipo de vínculos empregatícios

Competências Essenciais dos Trabalhadores do SUAS	Metas			
	2022	2023	2024	2025

<ul style="list-style-type: none"> • Competências a serem desenvolvidas junto a todos os trabalhadores da rede socioassistencial: <p>Trata dos fundamentos da assistência social. Envolve todos os trabalhadores, sejam gestores ou operadores de benefícios e serviços socioassistenciais, de nível superior, de nível médio e nível fundamental.</p> <p>A proposta é trabalhar com os conhecimentos que os trabalhadores do SUAS devem adquirir e/ou aprimorar, independente do seu nível de escolaridade e de acordo com os cargos e atribuições que ocupam e desenvolvem.</p> <p>A formação neste eixo deve favorecer o desenvolvimento das seguintes competências:</p> <p>a) Conhecimento da trajetória histórica da assistência social no país e no município de POA.</p> <p>b) Compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa a intervenção do trabalhador do SUAS.</p> <p>c) Distinção das características assistencialistas do modelo socioassistencial, inaugurado pela CF/88.</p> <p>d) Conhecimento sobre o processo de constituição das políticas sociais, particularmente da Seguridade Social e de sua concepção, bem como o papel do Estado e da Sociedade Civil no Brasil.</p> <p>e) Nitidez sobre a centralidade da responsabilidade do Estado no comando das ações da assistência social.</p> <p>f) Conhecimento do conjunto de leis e normativas sobre a política de assistência social.</p> <p>g) Conhecimento dos direitos específicos, expressos nos respectivos aportes legais, relativos a crianças e adolescentes, aos jovens, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, aos direitos humanos, bem como legislações específicas de povos e comunidades tradicionais</p>				
<ul style="list-style-type: none"> • Competências a serem desenvolvidas junto aos técnicos de nível superior que operam os benefícios e serviços socioassistenciais: <p>Versa sobre as metodologias de trabalho e contempla os técnicos de nível superior que atuam com os serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais.</p> <p>Ao trabalhar com este eixo é necessário considerar os princípios da matricialidade sociofamiliar e da territorialização como centrais para a atuação dos técnicos de nível superior que operacionalizam as ofertas socioassistenciais. Isto porque há para esse conjunto de profissionais responsabilidades éticas e técnicas que exigem conhecimentos, habilidades e atitudes sobre os fundamentos e as metodologias de trabalho social com as famílias e sobre o dinamismo da organização socioterritorial</p>				

<p>nas suas diferentes dimensões.</p> <p>A formação neste eixo deve favorecer o aprimoramento das seguintes competências:</p> <p>a) Conhecimento das concepções que fundamentam o trabalho com territórios e com a matricialidade sociofamiliar, bem como das metodologias de trabalho social com famílias.</p> <p>b) Conhecimentos e habilidades que permitam identificar e respeitar as diversidades de raça/etnia, religião, gênero, orientação sexual, ciclos de vida, costumes e tradições, populações de migrantes e refugiados, comunidades tradicionais e indígenas.</p> <p>c) Domínio dos instrumentos necessários ao trabalho social realizado no âmbito dos serviços estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009) assim como dos serviços municipais não tipificados, como SAF, Albergue.</p> <p>d) Domínio das técnicas de construção participativa de planos de atendimento ou acompanhamento da família e indivíduos, de ações coletivas/comunitárias, socioeducativas, preventivas, etc.</p> <p>e) Análise crítica do cotidiano de vida do usuário/família e suas representações sobre vulnerabilidades e riscos vivenciados em seu contexto sociocultural e econômico.</p> <p>f) Desenvolvimento de habilidades relacionadas ao planejamento de processos de trabalho social junto a indivíduos e famílias, tais como:</p> <p>i. Elaborar planos de acompanhamento individual e familiar que contribuam para a ressignificação ou elaboração de novos projetos de vida, problematizando com o usuário as situações apresentadas e possibilitando a construção do pensamento crítico;</p> <p>ii. Criar estratégias para possibilitar a superação da cultura da subalternidade, culpabilização e/ou tutela, buscando trabalhar com indivíduos e/ou famílias de modo a contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia e para o exercício da cidadania.</p> <p>g) Habilidade de construção de estratégias de participação de indivíduos e famílias nos próprios serviços, tanto no diagnóstico como no planejamento e avaliação, de forma a possibilitar o exercício da autonomia</p> <p>h) Habilidade no domínio de ferramentas municipais e de sistemas de informação da política de assistência social.</p>				
<ul style="list-style-type: none"> • Competências a serem desenvolvidas junto aos trabalhadores, gestores e dirigentes da assistência social que trabalham no âmbito da gestão da política de assistência social: <p>Aborda sobre as metodologias de gestão do SUAS e envolve os técnicos de nível superior e os dirigentes que atuam no âmbito da gestão da política de assistência social.</p> <p>Devem-se desenvolver as seguintes competências:</p> <p>a) Elaboração de amplos e consistentes diagnósticos, no âmbito municipal e de seus</p>				

<p>microterritórios, o que implica em conhecimentos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. a dinâmica da formação sóciohistórica brasileira e do município; ii. as principais sequelas das desigualdades sociais que atingem sua população, como a pobreza, a miséria, as múltiplas formas de violência, a fragilidade de vínculos familiares e sociais, entre outras; iii. a compreensão crítica sobre os processos sociais de sua produção e reprodução na sociedade brasileira, produzindo as vulnerabilidades e riscos sociais que se conformam às transformações sociais, políticas e econômicas; iv. a produção e sistematização de informações quantitativas e qualitativas e construção de indicadores e índices territorializados das situações de risco e vulnerabilidade social que incidem sobre famílias e indivíduos nos diferentes ciclos de vida, bem como da localização e padrões de qualidade e cobertura dos serviços socioassistenciais, e a oferta de serviços de outras políticas públicas sociais. <p>b) Habilidades em analisar o contexto, reconhecer as características peculiares do território e das famílias; suas diferentes formas de organização, suas identidades, culturas, interesses, necessidades e potencialidades distintas; bem como as demandas específicas apontadas pelas diferentes composições que apresentam; permitindo leitura consistente e crítica do território, numa perspectiva de totalidade.</p> <p>c) Compreensão da estrutura, funcionamento, dinâmicas e responsabilidades desempenhadas pelas diferentes organizações que compõem a rede socioassistencial e intersectorial, assim como a legislação que rege o Marco Regulatório</p> <p>d) Conhecimento sobre a presença das formas de vulnerabilidades e riscos sociais da população e do território, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência.</p> <p>e) Capacidade de identificar territórios vulneráveis no âmbito da cidade, assim como a identificar as famílias em maior vulnerabilidade, a fim de que seja realizado o monitoramento dos riscos e das violações de direitos e se desenvolva ações de prevenção.</p> <p>f) Capacidade de registrar e armazenar de forma adequada dados relativos ao tipo e volume de atendimentos, contribuindo para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violações de direitos nos territórios.</p> <p>g) Produção de informações de vigilância socioassistencial com o objetivo de fornecer subsídios para os trabalhadores no sentido de qualificar o trabalho e o processo de trabalho.</p> <p>h) Utilização das informações estruturadas/georreferenciadas pela vigilância socioassistencial de modo que os trabalhadores possam:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. avaliar sua própria atuação; ii. ampliar seu conhecimento sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes; iii. planejar e executar ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada, exclusivamente, pela demanda espontânea. <p>i) Domínio dos conceitos de vulnerabilidade, risco e território.</p>				
---	--	--	--	--

<p>j) Domínio das metodologias de planejamento social e de planejamento de controle orçamentário e financeiro.</p> <p>k) Habilidades de construir estratégias de participação de indivíduos e famílias nos serviços, tanto nos processos de diagnósticos como no planejamento e avaliação, levando em consideração a realidade local, as particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais do território ou município.</p> <p>l) Habilidades relacionadas ao planejamento de processos de trabalho social junto a indivíduos e famílias.</p> <p>m) Conhecimentos e habilidades pertinentes ao monitoramento da operacionalização dos benefícios e serviços socioassistenciais e sua avaliação sistemática, como processo instituído, o qual impulsiona qualificação constante dos benefícios e serviços.</p> <p>n) Conhecimentos sobre os principais instrumentos que possibilitam monitoramento e avaliação instituídos pelo MDS, Estado e Município, como: o Censo SUAS, os múltiplos aplicativos da Rede SUAS, a MUNIC, entre outros, o SIGAFWeb; bem como para elaboração de indicadores de monitoramento e resultados dos serviços em âmbito local.</p> <p>o) Conhecimentos e habilidades específicas daqueles que farão o gerenciamento ou operacionalização dos benefícios e serviços socioassistenciais de forma a garantir a complementaridade entre os mesmos, superando a fragmentação e a verticalidade com que sempre foram operados, estabelecendo fluxos de articulação, conforme orienta o próprio Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do Sistema único de Assistência Social – SUAS (2009).</p> <p>p) Conhecimentos e habilidades para atuar com a intersetorialidade, fazendo a articulação com as outras políticas sociais e econômicas, particularmente a saúde, previdência social, educação, habitação, trabalho e renda.</p> <p>q) Capacidade de estabelecer parcerias e articular a rede socioassistencial, redes intersetoriais, comunitárias e de vizinhança, para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social na perspectiva de:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. defesa e garantia de direitos; ii. ampliação da rede de proteção social; iii. construção de contextos inclusivos; iv. construção de processos de negociação e de superação de conflitos. v. Conhecimento sobre as concepções de multi e interdisciplinaridade. vi. Conhecimento sobre as pactuações das comissões bipartite e tripartite de assistência social bem como dos protocolos definidos nestas instâncias. 				
---	--	--	--	--

Resultados e Impactos Esperados
<p>Contribuir para o desenvolvimento contínuo das capacidades técnicas a fim de assegurar a qualificação das ofertas socioassistenciais (serviços, benefícios, programas e projetos) da gestão da política de assistência social, bem como do exercício do controle social.</p>
Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Número de trabalhadores capacitados nas temáticas de matricialidade sociofamiliar e território
Número de trabalhadores capacitados nas temáticas diagnóstico socioterritorial, leitura crítica de realidade
Número de trabalhadores capacitados nas temáticas de instrumentos de monitoramento, avaliação federal, estadual e municipal;

Patamares Formativos consistem no modo de organização das ações de formação e capacitação determinadas pelo nível de aprofundamento e complexidade dos conteúdos a serem desenvolvidos. Estão organizados em: Capacitação Introdutória (nivelamento); Atualização e Aperfeiçoamento.	Metas			
	2022	2023	2024	2025
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação introdutória/nivelamento – Com duração entre 20 e 40 horas visa o nivelamento de conteúdos essenciais a todo público-alvo com o objetivo tanto de introduzir a temática aos iniciantes na operacionalização da Política de Assistência Social, quanto aos trabalhadores, conselheiros e operadores da rede socioassistencial, que terão acesso aos conteúdos inerentes a LOAS/Política Nacional de Assistência Social e SUAS, com sua base histórica, política e respectivas normativas. <p><u>Gestão do SUAS</u></p> <p>Contexto sócio-histórico da Assistência Social no Brasil. Noção de Estado. Estado Democrático de Direito. Participação Social e Movimentos Sociais. Processo de Construção das Políticas Públicas. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS). Direitos Socioassistenciais dos Usuários. Plano Decenal de Assistência Social. Educação para a Cidadania. Instâncias de Pactuação do SUAS. Gestão Participativa. Ética no Trabalho. Plano Municipal de Assistência Social.</p> <p><u>Provimento de benefícios e serviços socioassistenciais</u></p> <p>Pobreza Multidimensional e sua Complexidade. Provimento de Benefícios e Serviços Socioassistenciais de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Plano Decenal de Assistência Social. Conceitos Teóricos de Família, Matriz Sociofamiliar, Vulnerabilidade Social, Risco Pessoal e Social, Território Socioassistencial. Métodos e Instrumentos da Proteção Social Básica e Especial.</p> <p><u>Controle social do SUAS</u></p> <p>Contexto sócio-histórico da Assistência Social no Brasil. Noção de Estado. Estado Democrático de Direito. Participação Social e Movimentos Sociais. Processo de Construção das Políticas Públicas. Legislação Social e da Administração Pública. Princípios da Administração Pública. Política Nacional de Assistência Social.</p>				

<p>Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS). Direitos Socioassistenciais dos Usuários. Plano Decenal de Assistência Social. Educação para a Cidadania. Instancias de Pactuação do SUAS. Gestão Participativa. Ética no Trabalho. Monitoramento e Avaliação da Rede Socioassistencial.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualização – Este patamar requer duração entre 40 e 100 horas e visa o aprimoramento ou apresentação de novos saberes técnico-científicos. Consiste em cursos destinados aos trabalhadores de nível médio e superior com conteúdos definidos a partir das demandas e necessidades da gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais e ao controle social <p><u>Gestão do SUAS</u></p> <p>Planejamento Estratégico e Participativo. Financiamento do SUAS. Gestão Orçamentária e Financeira. Gestão Administrativa. Diagnóstico. Rotinas Administrativas.</p> <p><u>Provimento de benefícios e serviços socioassistenciais</u></p> <p>Metodologias de Trabalho com a Família. Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) e Plano Individual de Acompanhamento (PIA). Projeto Político Pedagógico no âmbito do SUAS. Laudos e Pareceres Técnicos. O SUAS e a Políticas de Direitos Humanos. SUAS e as Políticas de Direitos Humanos: Criança e Adolescente, Idoso e Pessoa com Deficiência, Diversidade cultural, de gênero, sexual, étnica, raça e religiosa, Pessoa em Situação de Rua, Direito à Segurança Alimentar e Nutricional.</p> <p><u>Controle social do SUAS</u></p> <p>Relação Estado e Sociedade. Mecanismos e Instâncias de Controle Social. O Processo de Democratização do Estado Brasileiro. Mobilização e Participação Popular. A Sociedade Civil e as Estratégias de Participação e Construção de Legitimidade Democrática. Papel dos Conselheiros de Direitos. Estrutura e Funcionamento dos Conselhos de Direitos.</p>				
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento – Com duração mínima de 180 horas, este patamar visa o aprimoramento e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades técnicas e domínios específicos do saber. Com o propósito de assegurar a educação continuada que privilegia a qualificação técnico política e normativa do SUAS, os cursos de aperfeiçoamento devem oportunizar o aprimoramento profissional, aprofundando o debate das 				

<p>diretrizes que circundam a gestão do trabalho, os princípios éticos para os trabalhadores da Assistência Social e os processos de trabalho.</p> <p><u>Gestão do SUAS</u></p> <p>Monitoramento e Avaliação na Gestão Pública. Monitoramento e Avaliação do SUAS. Construção de Indicadores de Monitoramento e Avaliação. Avaliação de Impacto e de Desempenho. Contabilidade Pública. Contabilidade Pública Aplicada às Entidades de Assistência Social. Diagnóstico Socioterritorial.</p> <p><u>Provimento de benefícios e serviços socioassistenciais</u></p> <p>Concepções e Abordagens Sociotécnicas sobre as Violências. SUAS e a Política de Saúde: uso e abuso de drogas, saúde mental e doenças infectocontagiosas. SUAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente. SUAS e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). SUAS, a Política de Inclusão Brasileira e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. SUAS e o Estatuto do Idoso. Técnicas e Instrumentos Participativos de Intervenção Necessários ao Desenvolvimento do Trabalho Social no SUAS.</p> <p><u>Controle social do SUAS</u></p> <p>A Política de Assistência Social e sua Interface com o Conselho de Assistência Social. A Política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Política de Direitos da Pessoa com Deficiência. Política dos Direitos do Idoso. Política de Segurança Alimentar e Nutricional.</p>				
---	--	--	--	--

RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS - GESTÃO

Categoria Profissional	Quantitativo de RH existente	Total Existente	Total Existente	Total Existente	Total Necessário p/ completar o quadro
	Efetivo	Processo Seletivo	Comissionado	Celetistas	GERAL
Assistente Social	1	1			
Psicólogo					
Pedagogo	1				1
Prof. Nível Médio	1				1

Total		01			02
--------------	--	-----------	--	--	-----------

Previsão Orçamentária - PPA 2022 a 2025 (ASSEPLA)

Projeto/Serviço	2022	2023	2024	2025
Gestão do Trabalho	50.000,00	70.000,00	90.000,00	110.000,00
Total	50.000,00	70.000,00	90.000,00	110.000,00

Anexo I

Considerando que as Conferências de Assistência Social têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado, avaliar a situação da assistência social e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema (artigo 18, inciso VI, da LOAS e artigo 113 e 116 da NOBSUAS). E, conforme a NOBSUAS (2012) em seu Art. 22, “[...] os Planos de Assistência Social, devem observar: I - deliberações das conferências de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”, apresenta-se, a seguir, as deliberações da Plenária Final da Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Alegre 2021, conforme seus eixos propositivos:

EIXO 2

MUNICÍPIO

Ampliação de investimentos para Política de Assistência Social

Destinar orçamento para a Política de Educação Permanente do SUAS no município.

EIXO 3

MUNICÍPIO

Valorização, pelo gestor, das instituições de atendimentos diretos e indiretos, proporcionando às instituições qualificações permanentes, qualificando assim os atendimentos.

ESTADO

Promover a articulação dos conselhos de assistência social com os conselhos de políticas intersetoriais visando a integração de esforços e a qualificação dos conselhos, a partir de capacitações permanentes, a fim de incentivar a participação nos espaços de controle social.

UNIÃO

Capacitações e reuniões específicas para tratar e explicar sobre os espaços de participação.

EIXO 4

MUNICIPIO

Efetivação da Política de Educação Permanente para a qualificação de todos os trabalhadores da rede socioassistencial do SUAS em Porto Alegre.

ESTADO

Desenvolvimento de uma política estadual para a Assistência Social que contemple:

Proporcionar espaços de assessoramento técnico aos municípios para contribuir com a educação permanente no SUAS através de formações, encontros, seminários, contribuindo com a gestão do SUAS, contribuindo assim para aumento da qualificação profissional proporcionando agilidade, acesso e acolhimento aos usuários.

Financiamento Estatal para a abertura de novas vagas e ampliação de serviços continuados em espaços próprios regionalizados como repúblicas e albergues individuais e familiares, ILPIs e vagas de acolhimento e de passagem para situação de rua (pousadas) com respaldo técnico e profissionais habilitados e capacitados nos serviços para acompanhamento socioassistenciais.

UNIÃO

Desenvolvimento de uma política nacional para a Assistência Social que contemple:

Criar um canal online para ser usado pelos trabalhadores dos serviços da rede SUAS que contenha conteúdo formativo a ser utilizado em educação permanente pelas equipes

Inclusão de ações de apoio financeiro e de Educação Permanente para as ações da assistência social nos planos de contingência federal em casos de risco e calamidades.